



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **1002048-75.2014.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Anulação de Débito Fiscal**
Requerente: **ROBERTO SILVESTRE**
Requerido: **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECRETARIA DA FAZENDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ações Cautelar de Sustação de Protesto e Declaratória de Inexistência de Débito, propostas por **ROBERTO SILVESTRE** contra o **ESTADO DE SÃO PAULO**. Aduz o autor que a cobrança de IPVA é indevida, uma vez que foi vítima de estelionato, pois o veículo FIAT/MAREA HLX, placas CXT 6213, ano 1999/1999, cor cinza, RENAVAN 717250369, CHASSI 9BD18545X7014538, foi adquirido em seu nome em ato fraudulento, tanto que elaborou Boletim de Ocorrência (fls. 31) e propôs Ação Declaratória de Nulidade de Contrato c.c. Danos Morais contra o Banco Finasa S/A, tendo o seu pedido sido julgado procedente, estando o processo em grau de recurso.

Argumenta que o requerido teve atuação negligente, pois mesmo sabendo da situação acima narrada, inseriu o seu nome no CADIN, cobrou o IPVA e apontou a CDA a protesto.

Foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela e, nos autos da cautelar, concedida a liminar para a sustação do protesto.

Citado, o Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 98/111). Alega ausência de interesse processual, diante do cancelamento de todos os débitos relativos ao veículo mencionado na inicial, no âmbito administrativo, tendo anuído ao pleito do autor, sendo que desconhecia a aquisição do bem mediante fraude. Argumenta que o autor não apresentou cópia do ajuizamento da ação contra a financeira, nem da sentença proferida, razão pela qual seu recurso administrativo não foi acolhido e que não há justificativa para o pedido de indenização por dano moral.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

O autor se manifestou sobre a contestação, aduzindo que a requerida tinha conhecimento da fraude e que juntou os documentos na esfera administrativa (fls. 115).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O feito deve ser extinto sem resolução de mérito em relação à declaração de inexistência de débito dos IPVAs dos exercícios de 2008/2013, em virtude da carência superveniente de uma das condições da ação, o interesse de agir e com resolução de mérito em relação aos IPVAs vincendos.

Informou o Estado de São Paulo que procedeu ao cancelamento de todos os débitos de IPVA do veículo descrito na inicial, antes do ajuizamento da ação. Os documentos de fls. 83/86, da cautelar, evidenciam que os débitos de IPVA dos exercícios de 2008/2013 foram efetivamente cancelados. Contudo, quanto ao exercício de 2013, isso só teria ocorrido após o ajuizamento da ação, em 18/02/14, mediante aprovação do Procurador do Estado, Dr. José Thomaz Perri, tanto que o título foi levado a protesto, que foi sustado por decisão deste Juízo.

Ada Pelegrini, Cândido Dinamarco e Araújo Cintra¹ ensinam que "faltando uma só que seja das condições da ação, diz-se que o autor é carecedor desta". Completam os autores que, em consequência, "o juiz, exercendo embora o poder jurisdicional, não chegará a apreciar o mérito, ou seja, o pedido do autor (em outras palavras, não chegará a declarar a ação procedente ou improcedente)".

A superveniência de fato que torne inútil o provimento jurisdicional pelo alcance do resultado almejado enseja o exaurimento da ação, não se justificando um aprofundamento e pronunciamento sobre o mérito, que não produziria qualquer resultado prático.

Assim, em relação ao pedido de cancelamento dos IPVAs dos exercícios de 2008/2013, bem como ao pedido objeto da cautelar, determino a extinção do processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, VI do CPC.

Quanto aos IPVAs vincendos, tendo em vista que foi comprovada a fraude na aquisição do veículo em nome do autor, tanto que objeto de inquérito policial e reconhecida por sentença (fls. 56/61), há necessidade de seu cancelamento, também, já que

¹ Teoria Geral do Processo, 7ª ed., p. 229/231.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

não há nos autos documento comprobatório de que o Estado tenha providenciado a desvinculação do autor em relação ao veículo, no âmbito da Ciretran, não tendo sido reconhecida, administrativamente, a inexistência de relação jurídica, razão pela qual este pedido merece acolhimento.

Quanto à indenização por dano moral, é certo que o simples apontamento a protesto é insuficiente para atingir o nome ou a reputação do autor perante terceiros, caracterizando mero aborrecimento momentâneo, incapaz de caracterizar dano moral, conforme orientação perfilhada pelo c. Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS INSUFICIENTES. APONTAMENTO. TÍTULO. PROTESTO. SÚMULA 83/STJ. 1. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que o simples apontamento do título a protesto, não gera ofensa moral. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento". (AgRg no REsp nº 1.165.140/RS, Terceira Turma, Rel. Min. Vasco Della Giustina, j. 15.2.2011) (g/n). Nessa esteira já decidiu esta c. 23ª Câmara: "Dano moral - Apontamento de duplicatas a protesto - Indenização - Descabimento - Precedentes do STJ - Ação julgada em parte procedente - Sentença mantida - Recurso do autor improvido. Cambial - Duplicatas - Saque em decorrência da não devolução de mercadorias enviadas por consignação autora - Saque do título que deve resultar necessariamente de compra e venda mercantil ou de prestação de serviços - Ação declaratória julgada procedente neste aspecto - Sentença mantida - Recurso da ré improvido." (Apelação nº 9140403-61.2003.8.26).

Por outro lado, contudo, há que se ponderar que foi emitida a Certidão de Dívida Ativa, que gera publicidade da cobrança a terceiros e culmina com a inserção do nome do suposto devedor no CADIN, situação que, por si só, caracteriza dano moral, além de inviabilizar a utilização dos créditos da nota fiscal paulista.

Nesse sentido, já se pronunciou a Segunda Instância:

"Bem móvel. Alienação de veículo a pessoa jurídica que comercializa automóveis. Omissão desta em comunicar a alienação do bem a terceiro, que, por sua vez, também deixou de proceder à transferência de titularidade junto ao órgão competente. Infrações de trânsito cometidas por adquirente, bem como a inclusão de dados do alienante nos cadastros de devedores da Administração Pública por conta de débitos posteriores à tradição. Danos morais caracterizados. Recurso provido" (Ap n.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

0002533-36.2010.8.26.0242, rel. Des. Walter Cesar Exner, j. 24.10.2013).

Anote-se que há vários anos o autor questiona na esfera administrativa a incidência do IPVA.

No ano de 2009, já havia pedido o bloqueio do veículo (fls. 43) e, no ano de 2011, o chefe do Posto Fiscal pediu informações à autoridade policial sobre o andamento do inquérito policial (fls. 41), tendo, portanto, tomado ciência da fraude perpetrada. Mesmo assim, insistiu-se na cobrança.

Desta feita, tendo-se como parâmetros a extensão do dano, as condições econômicas das partes, a intensidade da culpa e o caráter sancionador dessa indenização, arbitro a indenização a título de danos morais em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Ante o exposto, julgo procedente o pedido indenizatório e condeno o requerido a indenizar o autor na quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais) corrigidos do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ) e acrescidos de juros de mora, a contar da citação (CC, art. 405).

Julgo procedente, ainda, o pedido de declaração de inexistência de débito em relação aos IPVAs vincendos, devendo a requerida, por consequência, providenciar a comunicação ao órgão de trânsito, a fim de evitar cobranças futuras.

Diante da sucumbência, tendo em vista que o cancelamento do débito somente ocorreu após o ajuizamento da ação, e que o requerido sucumbiu quanto ao débitos vincendos e à indenização, o condeno a arcar com as custas judiciais, na forma da lei, bem como com os honorários advocatícios que fixo, por equidade, em 500,00 (quinhentos reais), para cada uma das ações.

Certifique-se nos autos da cautelar.

P. R.I. C.

São Carlos, 20 de maio de 2014.